

FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO: HISTÓRIA E PRESENÇA NO CRISTIANISMO

Roberlei Panasiewicz¹

O termo fundamentalismo tem perpassado a reflexão de distintos pensadores nas últimas décadas. Sua utilização tem servido para justificar atitudes religiosas fanáticas, um retorno à sociedade pré-moderna ou mesmo práticas violentas. É imprescindível que esse termo seja usado no plural, porque existem diferentes fundamentalismos. Sua origem histórica encontra-se no universo religioso, entretanto, a sua abrangência na sociedade atual ultrapassa esse universo e ocupa o espaço da política e da economia, carregando consigo um traço claramente ideológico. Ter consciência de sua pluralidade é resguardar as várias especificidades que o fenômeno vem produzindo.

A proposta desta reflexão é pensar sobre o fenômeno “fundamentalismo religioso”. Como entender que grupos humanos possam se dispor contrários ao rumo da história? Os fundamentalistas seriam caracterizados como profetas ou como conservadores e tradicionalistas? Entretanto, é preciso pensar para além de um “cabo de guerra” onde há dois grupos puxando para lados opostos. As redes de conexões atuais impediriam pensar em medir forças somente entre dois grupos. A realidade é mais complexa e as articulações muito desafiantes. Acredita-se que conhecendo suas origens históricas torna-se mais compreensível sua presença e força na atualidade.

Nessa reflexão será apresentada, primeiramente, a relação entre fundamentalismo religioso e modernidade. Em seguida, será demarcada sua origem histórica no interior do universo protestante. Buscar-se-á distinguir o movimento fundamentalista das origens para com o neofundamentalismo contemporâneo. Por fim, será abordada esta prática no interior do catolicismo, cujo nome apropriado é integrista religioso.

1. Fundamentalismo Religioso e Modernidade

¹ Roberlei Panasiewicz é Doutor em Ciência da Religião pela UFJF, professor e membro do colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Minas e professor da Universidade Fumec. Pesquisa o pluralismo e o diálogo inter-religioso.

O nascimento do movimento fundamentalista se insere no centro da modernidade. Esta foi o emergir da consciência autônoma, histórica e crítica. Ante a modernidade, o fundamentalismo apresenta-se como via de “mão dupla”. De um lado, ele é resultado desta modernidade crítica, secularizada, individualizante e pluralizada. De outro lado, é uma reação à modernidade ocidental, liberal e tecnocrática. Há um paralelo entre modernidade e fundamentalismo, organizado por Thomas Meyer, que facilita o entendimento.

A modernidade é cunhada pela dependência de toda a experiência do mundo da ciência; o fundamentalismo, em contrapartida, é caracterizado pela inimizade à ciência e à razão. Na modernidade valem formas universalistas de fundamentações morais e jurídicas; os fundamentalistas não têm escrúpulos em estender as pretensões de vigência das suas normas para além do círculo da sua confissão. Na modernidade as artes são autônomas; no fundamentalismo elas são conduzidas pelas rédeas de uma moral definida em termos religiosos. Na modernidade gerencia-se e administra-se conforme padrões formal-rationais; a economia e a administração política são organizadas sob a dominação fundamentalista, segundo critérios da tradição. Na modernidade as orientações religiosas são privadas; os fundamentalistas utilizam os princípios religiosos sem mediações para o dimensionamento da ordem público-política. A modernidade é caracterizada pela criação do indivíduo por si mesmo; os fundamentalistas querem reintegrar o indivíduo numa ordem estamental previamente dada pela tradição.²

Enquanto a modernidade é uma reação à estrutura de organização medieval, centrada na autoridade, ela centra-se na razão humana e na ciência, carregando a bandeira da autonomia do sujeito histórico. Em contrapartida, o fundamentalismo religioso é um movimento crítico às inovações trazidas pela modernidade a partir de uma narrativa sagrada e de um monopólio de interpretação balizado pela religião.

Nesta perspectiva, a obra de Machen apresenta a contraposição entre doutrinas bíblicas e as pretensões teológicas do liberalismo. Diz:

A Bíblia exalta a ‘terrível transcendência de Deus’; o liberalismo aplica o nome de Deus ao ‘processo do mundo’. A Bíblia ensina que ‘o homem é um pecador sob a justa condenação de Deus’; o liberalismo acredita que ‘sob as grosseiras feições exteriores do homem [...] é possível descobrir abnegação suficiente para servir de fundamento à esperança da sociedade’. A Bíblia proclama Jesus Cristo como objeto divino e humano da fé; o liberalismo vê nele um exemplo humano de fé. A mensagem central da Bíblia é a salvação da culpa do pecado pelo sacrifício expiatório de Cristo, o Filho de Deus; o liberalismo ensina que a salvação vem pelos próprios seres humanos, vencendo sua preguiça para fazer o bem. O ‘missionário cristão’ prega a salvação das almas humanas pela obra

² MEYER, Thomas. *Fundamentalismo, rebelião contra a modernidade* (1989) apud DUBIEL, Helmut. O fundamentalismo da modernidade. In: BONI, Luiz A. de (org.) *Fundamentalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 15.

redentora de Cristo; o ‘missionário do liberalismo procura expandir os benefícios da civilização cristã’.³

Enquanto o fundamentalismo defende uma compreensão das verdades bíblicas e nega a presença de erros no livro sagrado, o liberalismo se apoiava na inconstância humana e nas modificações advindas dessas irregularidades. O fundamentalismo é um “movimento antimodernista que é obrigado a atuar *no chão da modernidade*.”⁴ Ao estar e atuar na modernidade faz críticas à modernidade cultural, “o fundamentalismo é anti-hermenêutico”,⁵ e usufrui das produções da modernização tecnológica, buscando o maior benefício para o movimento. Defendem o milenarismo apocalíptico. Alimentam “a visão apocalíptica do combate final entre o bem e o mal, interpretando uma necessidade social emergente entre os indivíduos: o medo de perder as próprias raízes, de perder a identidade coletiva.”⁶ O mal assume várias dimensões e fisionomias e necessita ser combatido. Rejeitam as visões não milenaristas por não darem certeza quanto ao rumo da história. Essas visões possibilitam aos fundamentalistas ter um domínio sobre o futuro sabendo que Deus tem o controle da história.

Nas palavras de Leonardo Boff, o fundamentalismo pode ser definido da seguinte maneira:

Não é uma doutrina. Mas uma forma de interpretar e viver a doutrina. É assumir a letra das doutrinas e normas sem cuidar de seu espírito e de sua inserção no processo sempre cambiante da história, que obriga a contínuas interpretações e atualizações, exatamente para manter sua verdade essencial. Fundamentalismo representa a atitude daquele que confere caráter absoluto ao seu ponto de vista.⁷

Fundamentalista é aquele, portanto, que está muito mais interessado em guardar a letra da doutrina do que em fazer vivificar o seu espírito. A interpretação atualizada é um risco para uma mente fundamentalista, pois pode vir a perder sua verdade original, primitiva. Assim, a sua maneira de ler a ‘letra da doutrina’ é que deve ser preservada. Nesta perspectiva, se sua forma de apreender a verdade é absoluta, significa que ninguém mais poderá chegar à verdade, a não ser através da sua forma de apreendê-la. Esta compreensão

³ MACHEN, J. Gresham. *Christianity and liberalism* (1923) apud VOLF, Miroslav. O desafio do fundamentalismo protestante. *Concilium*, Petrópolis, v. 241, n. 3, 1992, p.129. Machen era considerado porta-voz do fundamentalismo.

⁴ DUBIEL, O fundamentalismo da modernidade, p. 19.

⁵ MARTY, O que é fundamentalismo, p. 16.

⁶ PACE; STEFANI, *Fundamentalismo religioso contemporâneo*, p. 22.

⁷ BOFF, L. *Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002, p. 25.

gera intolerância e desprezo do outro e das outras maneiras de compreender a verdade, provocando, inclusive, práticas violentas. Nesta perspectiva, pode ser compreendida como fundamentalista a pessoa que se fecha em sua própria concepção da verdade, não se abrindo para o diálogo e nem para novas construções de identidade. Quer impor sua maneira de compreender “a verdade” aos seus interlocutores.

Qual a origem do movimento fundamentalista?

2. Fundamentalismo Religioso e Protestantismo

No cenário moderno houve o desenvolvimento de novos métodos para a compreensão do texto bíblico. Até então, “o que houve, de fato, durante séculos, foi uma leitura das histórias bíblicas sem qualquer crítica histórica aos fatos nela contados. Até a época da Reforma, a Sagrada Escritura foi tida como documento sem erros da revelação divina.”⁸ Lentamente começam a emergir, na modernidade, maneiras diferentes de ler e compreender o texto bíblico. A exegese bíblica vai se tornando histórica e, posteriormente, crítica. No método histórico, no “acréscimo da palavra ‘crítica’ manifesta-se o intuito de distinguir entre histórias puramente imaginadas, inventadas, e histórias reais, verificáveis.”⁹ Esse método histórico-crítico¹⁰ procurará ler as narrativas sagradas buscando saber se os fatos narrados realmente aconteceram e se aconteceram da forma como estão narrados.

⁸ HARTLICH, Christian. Estará superado o método histórico-crítico? *Concilium*, Petrópolis, v. 158, n. 8, 1980, p. 5.

⁹ HARTLICH, Estará superado o método histórico-crítico?, p. 7.

¹⁰ “A expressão ‘método histórico-crítico’ já está em uso há uns 200 anos aproximadamente. Suas conotações, ao longo deste período, têm sido relativamente estáveis: é um método filologicamente erudito, crítico (em oposição a ‘dogmático’) e dedicado à interpretação e história científicas (em oposição a ‘pré-críticas’). Durante os primeiros dois terços deste período de dois séculos o trabalho ‘histórico-crítico’ seguiu, de modo geral, a tradição hermenêutica e histórica inaugurada por Benedito Spinoza (1632-1677).” Cf. MEYER, Ben F. Os desafios do texto e do leitor ao método histórico-crítico. *Concilium*, Petrópolis, v. 233, n. 1, 1991, p. 16. A pesquisa histórico-crítica articula o filológico e o histórico e, por sua vez, os métodos histórico-críticos comportam diversos métodos articulados ou não. Hoje eles são reconhecidos como sendo: “A crítica textual (reconstrução do texto originário), a crítica das fontes (identificação das fontes escritas que contribuíram para a formação do texto; tal operação geralmente é denominada ‘crítica literária’ nas obras que apresentam os métodos histórico-críticos, uma terminologia que contudo se mostra ambígua e não corresponde mais ao trabalho efetivo dos exegetas), a crítica dos gêneros literários (cujo objetivo é comparar um texto com textos estruturalmente idênticos ou análogos e, com base nas coincidências estruturais, inseri-lo em um grupo de textos – denominado ‘gênero literário’ – ancorado em situações e instituições socioculturais típicas), o método comparativo (que visa confrontar certo sistema religioso com outro sistema religioso para descobrir semelhanças e diferenças), a história das tradições (identifica as tradições subjacentes ao texto e estuda a história da transmissão destas), a história da redação (parte do texto em sua redação final para patentear o

No universo protestante europeu, no final do século XIX e começo do século XX, começa a despontar uma teologia que quer entrar em diálogo com a modernidade. Sobretudo teólogos como Albert Ritschl, Otto Pfleiderer, Adolf von Harnack e Ernst Troeltsch irão desenvolver a *teologia liberal*. Esse liberalismo teológico parte do seguinte postulado fundamental: “O cristianismo deve reconciliar-se com o mundo moderno, isto é, com o seu naturalismo científico, com o seu racionalismo moral, com a sua democracia política. O cristianismo deve assimilar todo o valor positivo da modernidade, o que o tornará mais puro, mais autêntico.”¹¹ Nesta busca de tornar o cristianismo moderno irão usufruir de todo racionalismo possível para interpretá-lo de forma que passe a dizer algo significativo, não contraditório e verdadeiro a este novo homem e a esta nova mulher moderna.

Nos Estados Unidos, teólogos protestantes conservadores, muitos originários do puritanismo inglês, se posicionam contrários à teologia liberal e à utilização do método histórico-crítico para interpretar os escritos sagrados. Em 1895, em Niagara Falls, teólogos conservadores afirmam solenemente pontos que servirão, posteriormente, como base do fundamentalismo.

Para esses teólogos, o método histórico-crítico colocava em risco as verdades afirmadas e defendidas pelo cristianismo durante todos os séculos. A bíblia passa a ser um livro fechado às várias interpretações e a segunda vinda de Cristo será amplamente pregada. Essas idéias passaram a ser defendidas pelos teólogos conservadores até que entre 1909 e 1915 foi publicada uma série de volumes com o título *The Fundamentals: A Testimony to the Truth* (Os Fundamentos: A Testemunho da Verdade), sua edição foi financiada por Lyman Stewart, fundador da *Union Oil Company*.¹² É o título desta coleção que irá qualificar esse movimento de fundamentalista, pois ele quer fixar os *fundamentos* da fé cristã. Para se ter idéia do conteúdo publicado nesses volumes, seguem nove pontos que

objetivo perseguido, a posição assumida ou a orientação teológica do redator final).” Cf. VECCHIA, F. Dalla. Método histórico-crítico. In: VV.AA. *Dicionário teológico enciclopédico*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 489.

¹¹ COMBLIN, José. *Teologia da libertação, teologia neoconservadora e teologia liberal*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 33.

¹² “Ele [Lyman Stewart], como outros homens do petróleo e fazendeiros que apoiavam generosamente os fundamentalistas, considerava sua ajuda econômica como um ‘investimento lucrativo contra o evangelho social’.” Cf. GALINDO, Florencio. *O fenômeno das seitas fundamentalistas*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 168.

buscam condensar esta reflexão:¹³ a inspiração e a inerrância da Bíblia; a Trindade; o nascimento virginal e a divindade de Cristo; a queda do homem e o pecado original; a morte expiatória de Cristo para a salvação dos homens; a ressurreição corporal e a ascensão; o retorno pré-milenar de Cristo; a salvação pela fé e o novo nascimento e o juízo final.

Esses pontos expressam verdades que devem ser aceitas e não debatidas, pois estão na bíblia e ela não contém erros. Tudo que está na bíblia foi inspirado por Deus e, portanto, deve ser acatado, pois é para o bem e felicidade do ser humano. Se o que está escrito na bíblia foi inspirado por Deus, qualquer interpretação da mente humana é, para os fundamentalistas, ofensiva a Deus. Por isso a teologia liberal, o método histórico-crítico e a hermenêutica foram duramente criticados e negados pelos fundamentalistas. Desta maneira geral, há quatro elementos essenciais que permitem caracterizar o fenômeno fundamentalista em suas várias formas. São eles: o princípio da inerrância, o princípio da astoriedade, o princípio da superioridade e o primado do mito da fundação da identidade de um grupo.¹⁴

Em 1919 os fundamentalistas decidem criar a *World Christian Fundamentals Association* (Associação Mundial Fundamentalista Cristã) com a intenção de reconquistar o mundo moderno secularizado e descristianizado. Para isso, buscaram “retomar a hegemonia no seio das diferentes e mais influentes Igrejas protestantes, ocupação de lugares influentes no mundo dos *media*, organização de grupos de pressão política para obter fundos, estatais para financiar escolas confessionais ou outras atividades religiosas.”¹⁵ Abrem seminários, escolas confessionais e investem na criação de rede radiofônica e televisiva.

A divulgação pública do fundamentalismo se deu, sobretudo com o debate sobre a proibição dos professores de biologia de ensinarem, nas escolas, as teorias evolucionistas

¹³ Cf. SCHWEITZER, Louis. O fundamentalismo protestante. In: ACAT. *Fundamentalismos integristas: uma ameaça aos direitos humanos*. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 34. (ACAT – Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura).

¹⁴ Essas características encontram-se em: PACE, E.; STEFANI, P. *Fundamentalismo religioso contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 20-21. O *princípio da inerrância* postula que o Livro Sagrado deve ser assumido em sua totalidade, pois esse Livro não contém erros. O *princípio da astoriedade* propõe que a verdade do livro deve ser mantida em sua forma original, pois a razão humana não tem competência para interpretar e atualizar a mensagem religiosa. O *princípio da superioridade* estabelece que a lei divina é muito superior à lei terrena, daí deduzir do livro sagrado um modelo de sociedade perfeita. O *primado do mito da fundação da identidade de um grupo* (ou de um povo) define a coesão que une todos os crentes a um sistema de crenças capaz de reproduzir na cidade terrena o modelo de sociedade proposto no livro sagrado.

¹⁵ PACE; STEFANI, *Fundamentalismo religioso contemporâneo*, p. 32.

de Charles Darwin. Foi um debate acirrado, pois os fundamentalistas defendiam o ensino da teoria criacionista bíblica e não que os seres humanos são evoluções do *homo sapiens*, como acredita a teoria evolucionista. E todas as disciplinas deveriam fazer referência a essa maneira de tratar a criação. Outra batalha fundamentalista foi pela implantação da oração nas escolas públicas. Eles estão convictos de que a palavra de Deus é verdade, portanto ela deve reinar onde for possível. Por isso, “é desejável que os conceitos considerados bíblicos sejam impostos ao conjunto da sociedade e a Bíblia seja a base da ordem social.”¹⁶ A criação de escolas dirigidas pela igreja e por fundamentalistas possibilita um estreito laço entre religião, família e escola.

Nas últimas décadas, o movimento fundamentalista tem articulado religião e política como uma forma de fazer valer os valores cristãos a partir de sua concepção teológica. É dessa maneira que é possível compreender a sua forma mais atual: o neofundamentalismo.

O neofundamentalismo apresenta-se não só como movimento de tipo religioso mas, também, como verdadeiro sujeito político cuja intenção é reagir contra a presumível perda de valores da sociedade americana e contra a degeneração da democracia, inquinada pela tolerância laxista da imoralidade, pela fragilização do papel tradicional da família e por tantas ‘heresias’ civis que se foram difundindo (os direitos dos gays, os casais homossexuais e, sobretudo, a legislação do aborto).¹⁷

A atenção dos neofundamentalistas está voltada para o reparo moral da sociedade através da ação política. Ao utilizar a linguagem da comunicação moderna, em especial da *mass media*, apresenta-se como capaz de superar as fronteiras confessionais e, por meio de uma abordagem conservadora, instigar a sociedade a recuperar o que consideram valores morais do passado. A televisão e as novas tecnologias da informação passam a ser espaços privilegiados para, em nome de Deus, tornar públicas as críticas sociais e fazer apologia de valores morais conservadores. Isso se realiza por meio de um compromisso político de renovação moral dos comportamentos sociais. A renovação religiosa da sociedade, a partir dos valores bíblicos, é condição necessária para a sociedade não perder sua identidade profunda.

¹⁶ SCHWEITZER, O fundamentalismo protestante, p. 35.

¹⁷ PACE; STEFANI, *Fundamentalismo religioso contemporâneo*, p. 36.

Tendo compreendido a origem histórica do fundamentalismo no interior do protestantismo, cabe agora nova pergunta: como o fundamentalismo se implantou no catolicismo?

3. O Integrismo Católico

No universo católico, a atitude fundamentalista é conhecida como atitude integrista ou integralista (ou ainda, como ‘movimento de restauração’). Pode-se dizer que a prática integrista ocorreu em duas fases: *ad extra* e *ad intra*. A fase *ad extra* foi o momento do final do século XIX e primeira metade do século XX, sobretudo no início do século, quando a igreja católica se posiciona contrária à modernidade cultural e ao liberalismo. A fase *ad intra*, segunda metade do século XX, precisamente após o Concílio Vaticano II (1962-1965), quando a igreja católica absorve certos valores modernos e terá uma reação de vários de seus representantes oficiais provocando inclusive um cisma no seu interior (é o caso de dom Lefèbvre).

Compreendendo melhor as etapas, pode-se dizer que a fase *ad extra*, encontra-se na própria origem do termo integrismo: surge “na Espanha no final do século XIX para designar uma corrente política que pretendia impregnar com catolicismo intransigente toda a vida da nação [...]”¹⁸ *Integral*, pois rejeita o liberalismo e sua tentativa de reduzir o religioso ao espaço privado e, com esta finalidade, acaba por ter uma atitude intransigente. Em 1864 o papa Pio IX publica um documento, *Syllabus*, contendo um conjunto de sentenças contra os principais erros do mundo moderno (*Silabo* significa coletânea ou conjunto de sentenças). Era um documento que dava aos católicos “uma guia e norma segura para precaver-se das doutrinas errôneas e perniciosas que o liberalismo moderno pretendia infiltrar na sociedade, como princípios novos, reclamados pelo progresso da ciência e da civilização.”¹⁹ Em 1907 o papa Pio X publica a encíclica *Pascendi dominici gregis*, apresentando uma solene condenação do modernismo e apontando ser ele a causa de todas as heresias. Nela o papa faz apelo à “Infallibilidade do Romano Pontífice”, definido em 1870 no Concílio Vaticano I. “*Pascendi* favoreceu o surgimento e desenvolvimento do

¹⁸ FOUILLOUX, Étienne. Integrismo católico e direitos humanos. In: ACAT, *Fundamentalismos integristas*. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 11.

¹⁹ MATOS, Henrique C. J. *Caminhando pela história da igreja*. Belo Horizonte: Lutador, 1986. v. III, p. 105.

integrismo católico que pôs em obra um verdadeiro serviço secreto de espionagem, para detectar e denunciar modernistas.”²⁰ Essa encíclica propicia a aprovação dos conservadores e a crítica dos teólogos mais abertos ao mundo moderno. Neste horizonte de crítica às inovações proporcionadas pela modernidade é que surge o Ensino Religioso nas escolas públicas e a fundação de escolas católicas como forma de manter a integridade católica e conseqüente derrocada da laicização da sociedade.

A fase *ad intra*, tem sua origem na década de 60. Em 1962 começa o Concílio Vaticano II, concílio que pode ser visto como um divisor de águas, pois abrirá a igreja católica à modernidade diferenciando-se da postura até então assumida. Para além das querelas internas da igreja católica com relação à modernidade cultural, o Concílio Vaticano II apresenta a igreja como “Povo de Deus”, igreja consciente, dinâmica e que vive em uma história, portanto, deve aprender e ensinar com ela. Esse concílio produziu 16 documentos procurando articular a vida interna da igreja (sobretudo as inovações teológicas e a reforma litúrgica) e sua relação com o mundo externo (cultura moderna, tradições religiosas ...)

Alguns representantes oficiais da igreja ou mesmo movimentos já constituídos não aprovaram os resultados do Concílio e provocaram reações. É o caso do bispo Marcel Lefèbvre, que chegou a exercer o cargo de arcebispo de Dakar, no Senegal. Ele condena o Concílio Vaticano II por ser o causador da crise interna da igreja católica e propõe reter a totalidade íntegra da identidade tridentina. (O Concílio de Trento foi entre 1545-1563). Ele acaba por provocar um cisma na igreja católica e funda em 1971 a ‘Fraternidade Sacerdotal São Pio X’, com sede na Suíça. No Brasil, o bispo de Campos, Rio de Janeiro, Dom Antônio de Castro Mayer, e o bispo de Diamantina, Minas Gerais, Dom Sigaud, seguem esta mesma trilha aberta por Lefèbvre. Dois movimentos que também irão reagir contra as inovações desse concílio, embora sem sair da igreja, são a ‘Opus Dei’, de origem espanhola, e a ‘Comunione e Liberazione’, de origem italiana. “Em termos de política eclesiástica, essas correntes seguem uma orientação papista e extremamente tradicionalista e devem a sua forma atual em grande parte à luta contra as inovações promovidas pelo Segundo Concílio Vaticano.”²¹ Nos Estados Unidos surge, em 1965, o movimento ‘Catholic Traditionalist Movement’ (Movimento Católico Tradicionalista), fundado pelo

²⁰ MATOS, *Caminhando pela história da igreja*, p. 137.

padre De Pauw, e em 1973 o ‘Orthodox Roman Catholic Movement’ (Movimento Ortodoxo Católico Romano), fundado pelo padre Francis Fenton. Ambos críticos às inovações do Concílio, porém o segundo possuía caráter radical. “Francis Fenton acusa os bispos favoráveis ao Concílio Vaticano II de serem ‘comunistas e maçônicos’.”²² Por isso queria restaurar a integridade perdida da igreja.

Para Leonardo Boff, esse movimento integrista católico pode ser dividido em fundamentalismo doutrinário e fundamentalismo ético-moral.²³ O fundamentalismo doutrinário sustenta que a única igreja de Cristo é a igreja católica, as outras igrejas possuem apenas elementos eclesiais; o catolicismo é a única religião verdadeira e as outras tradições religiosas devem se converter a esta. Alguns outros elementos que ajudam a caracterizar esse fundamentalismo é a concepção da centralização patriarcal do poder sagrado apenas nas mãos do clero, o autoritarismo do magistério papal, a discriminação das mulheres com referência ao sacerdócio e aos cargos de direção na comunidade eclesial, pelo simples fato de serem mulheres, a infantilização dos leigos, por não serem portadores de nenhum poder sacramental.

O fundamentalismo ético-moral se caracteriza por orientar de forma fechada e conservadora a vida das pessoas, sobretudo de seus fiéis. São contrários ao uso de contraceptivos, de preservativos, da fecundação artificial, da interrupção da gravidez, julgam como pecaminosa a masturbação e o homossexualismo, proíbem as segundas núpcias após um divórcio, o diagnóstico pré-natal e a eutanásia.

Concluindo com Claude Geffré, a diferença entre o fundamentalismo centrado nas Escrituras (tanto protestante quanto uma ala católica) e o integrista é que, “no caso do fundamentalismo escriturístico, haverá uma certa sacralização da letra da Escritura como testemunha fiel da Palavra de Deus; no caso do integralismo doutrinário haverá uma quase sacralização da tradição dogmática da Igreja e uma recusa do que o Vaticano II chamava *hierarquia das verdades*[...]”²⁴

Referências

²¹ DUBIEL, O fundamentalismo da modernidade, p. 13.

²² PACE; STEFANI, *Fundamentalismo religioso contemporâneo*, p. 132.

²³ BOFF, *Fundamentalismo*, p. 18-19.

²⁴ GEFFRÉ, Claude. *Croire et interpréter: le tournant herméneutique de la théologie*. Paris: Cerf, 2001, p. 57.

- BOFF, L. *Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- COMBLIN, José. *Teologia da libertação, teologia neoconservadora e teologia liberal*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- DREHER, Martin N. *Fundamentalismo*. São Leopoldo: Sinodal, 2006.
- DUBIEL, Helmut. O fundamentalismo da modernidade. In: BONI, Luiz A. de (Org.). *Fundamentalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- FOUILLOUX, Étienne. Integrismo católico e direitos humanos. In: ACAT, *Fundamentalismos integrismos*. São Paulo: Paulinas, 2001. Cap. 1.
- GALINDO, Florencio. *O fenômeno das seitas fundamentalistas*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GEFFRÉ, Claude. *Crer e interpretar: a virada hermenêutica da teologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HARTLICH, Christian. Estará superado o método histórico-crítico? *Concilium*, Petrópolis, v. 158, n. 8, p. 5-11, 1980.
- KUNG, Hans. *O princípio de todas as coisas: ciências naturais e religião*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LAMCHICHI, Abderrahim. Fundamentalismos muçulmanos e direitos humanos. In: ACAT. *Fundamentalismos integrismos*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- MARTY, O que é fundamentalismo: perspectivas teológicas. *Concilium*, Petrópolis, v. 241, n. 3, p. 13-26, 1992.
- MATOS, Henrique C. J. *Caminhando pela história da igreja*. Belo Horizonte: Lutador, 1986. v. III.
- MEYER, Ben F. Os desafios do texto e do leitor ao método histórico-crítico. *Concilium*, Petrópolis, v. 233, n. 1, p. 16-26, 1991.
- NEUSNER, Jacob. Qual é o desafio do fundamentalismo judeu contemporâneo? In: ACAT, *Fundamentalismos integrismos*. São Paulo: Paulinas, 2001. Cap. 4.
- PACE, E.; STEFANI, P. *Fundamentalismo religioso contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2002.
- TEIXEIRA, Faustino. O dialogo em tempos de fundamentalismo religioso. *Convergência*, Rio de Janeiro, n. 356, p. 495-506, out. 2002.
- VECCHIA, F. Dalla. Método histórico-crítico. In: VV.AA. *Dicionário teológico enciclopédico*. São Paulo: Loyola, 2003.
- VOLF, Miroslav. O desafio do fundamentalismo protestante. *Concilium*, Petrópolis, v. 241, n. 3, 1992, p.129.
- SCHWEITZER, Louis. O fundamentalismo protestante. In: ACAT. *Fundamentalismos integrismos: uma ameaça aos direitos humanos*. São Paulo: Paulinas, 2001. Cap. 2.